



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

RICARDO EGITO DE ANDRADE

**TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

CAMPINA GRANDE

2018

RICARDO EGITO DE ANDRADE

**TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. Lucas Bezerra de Araújo.

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553t Andrade, Ricardo Egito de.
Trajetória e contribuição da associação de pais e amigos dos excepcionais no município de Aroeiras – PB [manuscrito] / Ricardo Egito de Andrade. - 2018.
37 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2018.
"Orientação : Prof. Me. Lucas Bezerra de Araújo , Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Educação especial. 2. Aprendizagem . 3. Práticas pedagógicas . 4. APAE. I. Título
21. ed. CDD 371.94

**TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Me. Lucas Bezerra de Araújo.

Aprovado em: 15/08/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Lucas Bezerra de Araújo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho (Examinadora Interna)
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Me. Robério Davi Borges Cunha (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pela sua Graça, Amor e Misericórdia que me fizeram chegar até aqui.

Aos meus pais e toda minha família.

A Universidade Estadual da Paraíba, a todos que fazem parte da Coordenação do Curso de Serviço Social, por terem contribuído prestando o serviço necessário para realização desta graduação. A todos os professores que contribuíram ao longo desses anos, por meio das disciplinas e debates.

Aos colegas, amigos e irmãos de classe por todos os momentos que passamos juntos exprimindo amizade e apoio.

A APAE de Aroeiras, pela contribuição à realização deste trabalho através de um diálogo profícuo.

A professora Me. Liélia Oliveira Barbosa, Supervisora Acadêmica no Estágio Supervisionado, e a Assistente Social Genize Pereira, do II Batalhão de Polícia Militar da Paraíba, pela compreensão e apoio durante esse importante momento da formação profissional.

À professora Dra. Noalda Ramalho e ao professor Me. Robério Davi, que prontamente aceitaram o convite para compor a banca examinadora deste trabalho.

Em especial, ao professor e orientador professor Me. Lucas Bezerra, pela sua disponibilidade e incentivo, fundamentais para realizar e prosseguir este estudo. Saliento o apoio incondicional prestado, a forma interessada, extraordinária e pertinente como acompanhou a realização deste trabalho. As suas críticas construtivas, as discussões e reflexões foram fundamentais ao longo de todo o percurso.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 Introdução..... | 5 |
| 2 Aspectos históricos da pessoa com deficiência no Brasil..... | 8 |
| 3 A trajetória da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil | 15 |
| 4 A APAE no município de Aroeiras – PB..... | 18 |
| 4.1 Elementos sócio-históricos e econômicos do município de Aroeiras - PB..... | 18 |
| 4.2 As bases para a fundação da entidade..... | 20 |
| 4.2.1 2005-2007: proposta de criação e sujeitos protagonistas..... | 23 |
| 4.3 A processualidade da consolidação da APAE em Aroeiras | 27 |
| 5 Considerações finais | 30 |
| 6 Referências | 32 |

TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS NO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB

Ricardo Egito de Andrade¹

RESUMO

Este trabalho possui como objeto de análise a trajetória da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no município de Aroeiras (PB). O objetivo consiste em investigar os aspectos históricos e a contribuição dessa instituição destinada à atenção à pessoa com deficiência – alvo de preconceito e discriminação – na realidade particular do município de Aroeiras (PB). Trata-se, portanto, de um estudo preocupado em registrar o desenvolvimento histórico de tal entidade, sua função social, sua proposta de atuação e seus desafios recentes. Do ponto de vista metodológico, utiliza-se a abordagem qualitativa, com utilização de dados primários e secundários. Nesse sentido, obtém espaço uma articulação entre pesquisa bibliográfica e documental realizada na APAE de Aroeiras (PB). Num primeiro momento, discute-se os aspectos históricos da pessoa com deficiência no Brasil, descrevendo as razões e particularidades da trajetória no país, no intento de construir um balanço crítico que aponta a necessidade de respostas do Estado na atenção à pessoa com deficiência, garantindo-lhe o acesso aos direitos e às políticas sociais públicas. Com base nisso, retoma-se em termos panorâmicos a trajetória da APAE no Brasil para, logo em seguida, particularizá-la no município de Aroeiras, traçando um perfil, composição da população usuária, trazendo os componentes sócio-históricos e econômicos desse município, encontrando as bases para fundação da entidade com sua proposta de criação e sua consolidação em processo. Quando finalizadas a análise e interpretação dos dados, as conclusões do presente trabalho atestam a contribuição dessa entidade no atendimento às demandas concretas apresentadas pelo segmento de pessoas com deficiência no município em questão.

Palavras-chave: APAE. Pessoa com Deficiência. Educação Especial.

1 Introdução

Historicamente, no Brasil e em muitas partes do mundo, as pessoas com deficiência constituem parte do público-alvo de preconceito. As formas de manifestação do preconceito, em nosso entendimento, traduzem uma cristalização do senso comum (CHAUI, 1997), implicando, via de regra, em “analogias” ou “estereótipos” que reúnem variadas práticas de “discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades” (CFESS, 2016, p. 07). Na realidade contemporânea, ao lado da

¹ Graduando em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: ricardo_egito@hotmail.com

pessoa com deficiência, mulheres, negras e negros, população LGBT, idosos e imigrantes compõem a mira que sofre, na esfera da vida cotidiana, as práticas preconceituosas.

No interior de uma apreensão histórico-crítica acerca do preconceito e da discriminação, este artigo debruça-se, em particular, sobre a realidade do segmento da pessoa com deficiência. Interessa-nos, sobretudo, as modalidades de atenção ao atendimento das demandas concretas apresentadas pelo segmento analisado.

Nesse sentido, temos por objeto da análise a trajetória da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Aroeiras (PB), município localizado no Estado da Paraíba. Nosso objetivo geral consiste em elucidar ao leitor os aspectos históricos e a contribuição lançada por essa instituição na realidade do referido município. Em vista disso, os objetivos específicos podem ser assim elencados: a) recuperar historicamente a trajetória da pessoa com deficiência na realidade brasileira; b) apresentar uma visão panorâmica da APAE no Brasil, o que compreende, além de sua história, seus objetivos e sua proposta de atuação; c) analisar a gênese e o desenvolvimento da APAE em Aroeiras (PB), identificando os sujeitos protagonistas, a processualidade de sua consolidação, a composição da população usuária e os desafios que acometem a entidade no tempo presente.

As razões que nos conduziram a este estudo justificam-se dos pontos de vista pessoal e acadêmico. Nossa vinculação à APAE em Aroeiras (PB) procede tanto pelo atendimento de familiares pela instituição quanto, sobretudo, pela minha participação ativa e engajada na construção da entidade no município, resultado de uma árdua luta de pessoas com deficiência e familiares pelo fim do preconceito, por atendimento especializado e acesso aos direitos. Já no que diz respeito às razões acadêmicas, estas encontram-se relacionadas ao fato de inexistir, até hoje, um registro escrito da trajetória da entidade. Ademais, enceta a aproximação do Serviço Social brasileiro à temática da pessoa com deficiência.

Esta justificativa arrasta consigo invariavelmente, como consequência, uma posição política que deve ser adiantada desde já ao leitor. Alinhamo-nos ética e politicamente ao projeto hegemônico do Serviço Social no Brasil, que ao eleger a liberdade como valor ético central empenha-se na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação por “questões de inserção de classe social, de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 23-24).

Demarcado isto, devemos considerar que nossa vinculação orgânica à APAE em Aroeiras (PB) contribuiu, é claro, no acesso aos dados para a realização deste trabalho. Esta pesquisa é de base qualitativa (MINAYO, 1993). Enseja, em atenção à teoria crítica, estabelecer a unidade teoria-prática mediante a combinação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A metodologia utilizada na pesquisa partiu de pesquisas bibliográfica e documental. Assim como aponta Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. ” A pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas está na natureza das fontes. Para levantamento das discussões no desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados autores como: Pereira; Saraiva (2017), Oliveira (2010), Sassaki, (2012), Rogalski, (2010) Jannuzzi, (1985), Mazzotta, (1996), entre outros autores importantes desta área.

A relevância acadêmica deste estudo se dá pela colaboração para pesquisas desenvolvidas neste âmbito, destinando a importância do debate sobre a educação especial e inclusiva, no caso da APAE. Podemos também elencar uma relevância social que consiste no fato de esclarecer para a sociedade a importância da instituição, uma vez que a APAE de Aroeiras (PB) não possui nenhum documento científico que lhe dê respaldo e apresente sua trajetória e particularidades, levando em consideração também a importância deste debate como auxílio para a garantia de melhores condições de vida a pessoas com deficiência.

A exposição encontra-se dividida em quatro seções, afora esta introdução e as considerações finais. Na primeira, abordamos os aspectos históricos da pessoa com deficiência no Brasil, descrevendo as razões e particularidades da trajetória no Brasil, tratando também, em certa medida, a “educação especial”. Num segundo momento, expomos o trajeto da APAE no Brasil, trazendo em linhas gerais as primeiras instituições no que diz respeito à educação especial, bem como o histórico, dimensão pedagógica e organização administrativa. A terceira seção traz aportes elementares para a discussão da especificidade do município, traçando um perfil, trazendo os componentes sócio-históricos e econômicos de Aroeiras. Definido isto, localizamos as bases para fundação da entidade e sua consolidação em processo permanente.

2 Aspectos históricos da pessoa com deficiência² no Brasil

O conceito de “deficiência” possui diversos tratamentos conferidos ao longo da história da humanidade. Entre a Antiguidade e a Idade Moderna, de explicações religiosas³ a explicações científicas, são variadas as formas de percepção e atenção aos sujeitos com deficiência. Fato é que, nesse percurso multissecular, a deficiência atrela-se de modo orgânico às expressões de preconceito e discriminação, sintetizadas em estigmas e estereótipos de destinam aos sujeitos com deficiência, em termos tendenciais, uma espécie de isolamento da vida em sociedade. Eram, e por muitos ainda são vistos como “contaminados”, “castigados”, “leprosos”; noções que por longa data foram reforçadas, inclusive, por instituições como a Igreja.

A bem da verdade, somente a partir do século XIX que a sociedade e o Estado Moderno passam a assumir algum grau de responsabilidade em relação às pessoas com deficiência. Isto procedeu, fundamentalmente, através de iniciativas de assistência, de teor protetivo. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde 1861 “[...] já haviam criado medidas para garantir moradia e alimentação aos marinheiros e fuzileiros navais que adquiriam limitações físicas” (SILVA, 1987 apud PEREIRA; SARAIVA, 2017, p. 173). Na realidade de grande parte dos países europeus, “surgem os locais específicos para proteção e assistência a velhos, cegos, surdos e mutilados de guerra” (id. *ibid.*). No século XX,

Após a Segunda Guerra Mundial, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus levou ao crescimento da preocupação com assistência e qualidade do tratamento da

² Há necessidade do resgate da discussão sobre o termo “pessoa com deficiência”, e como chegamos a ele. Assim dizendo, termos como “portadores de necessidades e portadores de deficiências” não são mais utilizados, porém podemos encontra-los na nossa Constituição Federal. Esse termo é fruto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Como podemos encontrar na portaria 2.344 de 03 de novembro de 2010 que atualiza o termo e assim “onde se lê Pessoas Portadoras de Deficiência, leia-se Pessoa com Deficiência”. Disponível em: http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf acesso em 02 de agosto de 18.

³ “No Antigo Egito, os médicos acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos. Dessa maneira, os deficientes não podiam ser debelados a não ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas. Estes se preparavam durante anos para o exercício dessa função e se tornavam qualificados em medicina com competência para prestar atenção médica a pessoas que apresentavam indícios de males graves ou de deficiências físicas e mentais, fossem elas conseqüentes de malformações congênicas, acidentes ou infortúnios das guerras. Entretanto, apenas os membros da nobreza, os sacerdotes, os guerreiros e seus familiares tinham o privilégio de ser assistidos pelos sacerdotes” (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p. 170-171).

população de modo geral, incluindo as pessoas com deficiência. A partir deste contexto, programas e políticas assistenciais passaram a ser propostos no sentido de atender os pobres, os idosos, as crianças carentes e as pessoas com deficiência, em particular as vítimas e mutilados de guerra. O número de contingentes com deficiência aumentou significativamente resultando em maior importância na política interna dos países com proporções internacionais envolvendo a Organização das Nações Unidas (ONU). Na Grã-Bretanha, por exemplo, em 1919, foi criada a Comissão Central para o Cuidado do Deficiente. (PEREIRA; SARAIVA, 2017, p. 175).

É evidente que, em razão das particularidades assumidas pelas diferentes formações econômico-sociais, o modo de atenção e assistência à pessoa com deficiência não obedece a uniformidades ou linearidades temporais. A dialética espaço-tempo não se reduz a isto. Os descompassos históricos, no interior daquela noção mais ampla caracterizada pela tradição marxista enquanto “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 1968), fazem com que também as práticas da ação estatal adquiram diferenças significativas ao longo do tempo.

Destarte, o trato com essa questão em economias centrais como Estados Unidos e países da Europa, por exemplo, não coincidem de modo mecânico com a dinâmica processada numa economia dependente como a brasileira. Em nossa realidade, como veremos logo a seguir, os aspectos históricos no que tange à pessoa com deficiência também possuíram particularidades. Confunde-se, em certa medida, com o processo que compreende a formação do Estado brasileiro e o desenvolvimento de formas especificamente capitalistas. Isto porque a destinação de maior atenção à pessoa com deficiência gesta-se ao tempo em que a legislação trabalhista – resultado do movimento expansivo do trabalho assalariado – passa a obter maior expressão na realidade nacional. Evidentemente, há determinações pretéritas que devem ser levadas em consideração, como o modo como os povos indígenas e negros africanos escravizados lidavam com essa questão, as incidências originadas a partir da chegada e consolidação do colono branco etc.

Apreendidas as protoformas das iniciativas de assistência à pessoa com deficiência no Brasil, no período de crise do pacto colonial,

[...] em meados do século XIX, várias instituições foram criadas. O foco do atendimento dessas instituições era visivelmente os deficientes das classes menos favorecidas tendo em vista amparar os deficientes pobres desprovidos de qualquer tipo de assistência. Dados oficiais da época mostram a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1958 (atual Instituto

Benjamim Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – Ines) em 1856. (KASSAR, 1999, p. 19).

Posteriormente, já no século XX, os progressos obtidos pelas Ciências da Saúde – em particular, as Ciências Médicas – arrastaram consigo a destinação de maior atenção às pessoas com deficiência, numa proporção de maior organização.

A emersão dos hospitais-escolas, a partir da década de 1940, durante o governo Vargas (1930-1945), expressou, na visão de muitos estudiosos, uma associação entre a deficiência e a área médica, ainda num contexto em que a responsabilidade pela deficiência era, na prática, destinada predominantemente ao núcleo familiar (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Portanto, não foi “da noite para o dia” que a situação das pessoas com deficiência deixou de ser objeto somente de instituições de caráter filantrópico; é no interior da processualidade histórica, a partir das demandas apresentadas por esse segmento no cenário público, que a questão da deficiência passa a ser também atendida/incorporada pela esfera estatal, ainda assentada em bases fundamentalmente assistencialistas, logo, distantes da concepção de direitos. Naquele período, a ênfase da ação repousava sua síntese no chamado “modelo médico”, que desprezava uma concepção ampliada do processo saúde-doença. De todo modo, no interior dessas contradições, é fato que aí residem as bases da institucionalização da assistência à pessoa com deficiência no Brasil.

Nessa direção, com atenção à centralidade da historicidade, convém indicar que, ao mencionarmos a noção de “deficiência” enquanto conceito, não nos referimos a uma abstração vazia. Nosso intento analítico, aqui, é o de identificar como a pessoa com deficiência é considerada e inserida nos marcos da totalidade social concreta que compreende a sociabilidade, numa esfera particular como a Nação. Podemos, então, de um ponto de vista genérico, alegar que a visão sobre deficiência é social e historicamente construída, o que “significa dizer que, em cada momento histórico, ela foi vista de uma determinada maneira, dependendo da cultura, do acesso às informações, crenças, convicções e entendimentos” (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Quando pensamos em pessoa com deficiência - ou no próprio termo específico “deficiência” - somos inclinados a pensar em pessoas com ausências de alguns órgãos ou membros, malformação, algum problema intelectual etc. Devemos,

contudo, esquivar-nos desses pensamentos equivocados fundamentados única e exclusivamente no senso comum, ampliando esse entendimento, observando que esta palavra “tem sido substituída por termos tais como: incapacidade, limitação, invalidez, defeito, desvantagem, como se fossem sinônimos” (SASSAKI, 2012, p. 2). Dessa forma, é fundamental conhecer o conceito de deficiência para que seja concretizado o que diz a expressão

“‘bem de todos’ que indica que os direitos e deveres da sociedade pressupõem que todos são iguais perante a lei. No entanto, as pessoas com deficiência possuem necessidades diferentes o que as tornam especiais. Desta forma, é importante existir direitos específicos para as pessoas portadoras de deficiência, direitos que compensem, na medida do possível, as limitações e/ou impossibilidades a que estão sujeitas”.⁴

Sendo assim, observada também a dimensão normativo-legal, o Decreto nº 3.298/1999 considera deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL 1999). As razões da deficiência podem ser de origem genética ou aquelas adquiridas ao longo da vida. No Decreto nº 5.296/2004 da legislação brasileira está classificado os diferentes tipos de deficiência como:

a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...] exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, [...]; c) deficiência visual: cegueira [...]; a baixa visão [...]; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas [...]; e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 2004).

Para compreendermos mais devidamente os aspectos históricos da pessoa com deficiência devemos considerar, ainda, a relação estabelecida entre esse segmento e o debate educacional, desde então fundado na necessidade de

⁴ Disponível em: <<http://www.deficiencia.no.comunidades.net/inclusao-social>>. Acesso em 22 de jul. de 2018).

ultrapassar o estrito limite daquele “modelo médico” a que nos referimos. Por educação especial, nos termos aqui propostos, entende-se a modalidade de educação escolar voltada para aqueles que possuam algum tipo de necessidades educacionais especiais, seja ela, *mental*, motora, auditiva, visual, física, múltipla, pessoas superdotadas, como também de distúrbios invasivos que comprometem o seu desenvolvimento. (ROGALSKI, 2010, grifo nosso).

Já no tocante ao tema, façamos uma breve explicitação sobre a substituição do termo deficiência *mental* para deficiência *intelectual*⁵, o qual Sousa (2011. p. 25) enfatiza que “aos poucos, foi e vem sendo empregado no âmago das reflexões e discussões políticas dos movimentos sociais referentes à pessoa com deficiência”. Na visão desse autor, esses conceitos foram construídos mediante a evolução das ciências naturais, humanas e sociais no decorrer do processo de racionalização, conflitos e transformações das relações sociais. Então, essa nomenclatura veio substituir o termo deficiência *mental* que pode ainda ser encontrada em diversas publicações, inclusive na legislação brasileira no tratamento das pessoas com necessidades especiais. Na perspectiva de Sassaki (2007), tudo iniciou a partir de um movimento mundial pressionando todo o processo em prol da mudança da locução e do nome passando de “deficiência mental” para “deficiência intelectual”, como várias organizações americanas e de outros países já haviam feito.

Nessa linha de raciocínio, Rogalski (2010) assevera que no Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em “Educação Especial”; e que foi a partir de 1970 que esta passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Do mesmo modo, Mazzotta (2011) afirma que o atendimento escolar à pessoa com deficiência no Brasil, teve início nos anos de 1850, quando D. Pedro II fundou, por meio do decreto nº 1.428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (IIMC), hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC), e posteriormente fundado no ano de 1857

⁵ O termo deficiência intelectual foi introduzido na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual. Este documento foi o resultado das discussões feitas na Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, na cidade de Montreal – Canadá, nos dias 05 e 06 de outubro de 2004, sendo realizada pela Organização Pan-americana de Saúde e pela Organização Mundial de Saúde (OPM/OMS). Disponível em: < <http://www.adiron.com.br/arquivos/Montreal.pdf> > Acesso em: 23 de jul. de 2018.

o Imperial Instituto dos Surdos, que é atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Todavia,

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente. Os que não eram assim a olho nu estariam incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada. (JANNUZZI, 1985, p. 28).

Percebemos, então, que na época das primeiras instituições não haviam mecanismos para estruturação dos dados das pessoas que necessitavam desses atendimentos, ou seja, não existia recursos para mapeamento dos que precisavam. Essas instituições eram em grande parte ligadas a funções religiosas, indicando atendimento às classes menos favorecidas o que podemos caracterizar como “filantrópico-assistencial”, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública” (BUENO, 1993).

Contudo, mesmo que as atividades não passassem de iniciativas isoladas, podemos dizer que foi uma grande conquista para o atendimento aos indivíduos com tais necessidades, o que abriu espaço para a discussão e conscientização sobre o assunto e para que esse atendimento pudesse incorporar o rol dos direitos da cidadania. Apesar disso, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições.

Desta maneira, a educação especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se exprimiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas. Enfatizamos também em relação à deficiência intelectual houve um silêncio quase absoluto.

O ano de 1954 é, nesse sentido, marco para as conquistas voltadas para o atendimento especializado. É quando surge o movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, que em 1962 já contava com 16 instituições, sendo criada também nessa época a Federação Nacional das APAES que, em 1963 realizou seu primeiro Congresso (MENDES, 1995). A APAE, central neste trabalho, conseqüentemente será detalhada em outras seções do texto. E desde então esse é

o maior movimento praticante no Brasil dedicado exclusivamente ao atendimento das pessoas com deficiência intelectual.

A partir de 1958 o Ministério de Educação começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando as campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV), em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (Cademe), em 1960. (GONÇALVES, 2010, p.99).

Verificando a Lei nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961, criou o Conselho Federal de Educação, podemos encontrar a expressão: “educação de excepcionais” contemplada em dois artigos (88 e 89). Mazzotta (1990) aponta a promulgação desta lei como o marco inicial das ações oficiais do poder público na área de educação especial, que antes se restringiam a iniciativas regionalizadas e isoladas no contexto da política educacional nacional. Após a promulgação da LDB de 1961 pôde-se verificar o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico.

Desse modo, como sustenta Gonçalves (2010), a consolidação da iniciativa privada nesse espaço de tempo, com instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, atribui-se primeiramente a uma omissão do setor da educação pública que forçou uma mobilização comunitária para preencher a lacuna do sistema escolar brasileiro. Ao mesmo tempo, estas instituições se tornaram parceiras do governo e foram financiadas com recursos provenientes da então chamada área de “assistência social”, o que permitiu exonerar a educação de sua responsabilidade.

No ano de 1969, Jannuzzi (1992) encontrou registros de mais de 800 estabelecimentos para pessoas com deficiência intelectual, o que representava praticamente quatro vezes mais do que a quantidade encontrada no início da década de sessenta. Com isso, constata-se o crescimento da rede de atendimentos especiais na década de sessenta. A rede de serviços era basicamente composta por classes especiais nas escolas regulares (74%), a maioria delas em escolas estaduais (71%). As instituições especializadas compunham cerca de um quarto dos serviços e eram predominantemente (80%) de natureza privada (GONÇALVES, 2010 *apud* JANUZZI, 1992, p. 100).

3 A trajetória da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil

Temos argumentado ao longo deste trabalho que as origens deste fenômeno chamado “deficiência” têm sido historicamente marcadas por fortes formas e expressões de rejeição, discriminação e preconceito. Na história republicana, para precisar melhor, visualizam-se, a rigor, as primeiras manifestações de reação a esse quadro dramático. O movimento ocorrido em especial a partir dos anos 1930, diante da ineficiência do Estado em promover políticas que garantissem o acesso destas pessoas a direitos e serviços sociais básicos, fez com que a partir disso surgissem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcançassem condições de serem absorvidos na dinâmica comum da sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão.

Isto implica reconhecer que a sociedade civil brasileira começou a organizar-se em associações filantrópicas de pessoas preocupadas com a “questão da deficiência”, sendo que “as organizações sociais surgem como movimento, agrupamentos, instituições, num tempo e num lugar, impulsionadas por pessoas sensíveis aos problemas que julgam sem o tratamento adequado do poder estabelecido” (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p. 03).

Dentre essas instituições filantrópicas, destacam-se duas redes de educação especial e inclusiva: a Sociedade Pestalozzi, fundada em 1927, no Rio Grande do Sul por Helena Antipoff⁶ (PEREIRA, 1986), e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Conforme D’Antino (1988, p. 36), referendada por Berger, “as instituições têm sempre uma história da qual são produtos, sendo impossível compreender uma instituição, sem entender o processo histórico no qual ela é produzida”. Em se tratando da delimitação do objeto aqui analisado e em sintonia com essa concepção, creditamos validade interpretativa à necessidade de resgatar a história da APAE e do Movimento Apaeano. Trata-se, é certo, de um passo fundamental na construção da análise, situando a APAE, primeiro, em âmbito nacional, para logo em seguida apreendê-la em sua dinâmica interna no Estado da Paraíba e no município de Aroeiras (PB).

⁶ A primeira escola com o nome “Pestalozzi” foi criada em Canoas, Rio Grande do Sul, em 1927. Antipoff iria influenciar na ampliação da rede das Sociedades e Institutos, ao nível nacional, principalmente com apoio de Francisco Campos, secretário de Educação de Minas Gerais que posteriormente se tornou Ministro da Educação (PEREIRA, 1986).

Mas o que exatamente vem a ser uma APAE? Que tipo de atuação ela possui?

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é uma associação civil, de caráter filantrópico, com atuação nas áreas da prevenção, educação, saúde, trabalho/profissionalização, garantia de direitos, esporte, cultura/lazer, de estudo e pesquisa e outros, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município em que estiver situada. (FENAPAES, p. 06)

Segundo os documentos oficiais da Instituição, a APAE possui como função social “promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária” (FENAPAES, *online*, p. 6).⁷ Constitui-se, assim, como uma “rede” formada por pais, amigos, pessoas com deficiência, membros voluntários, profissionais e instituições parceiras – de natureza pública ou privada – voltada à ampla defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

Reconhecidamente pioneiro, esse movimento surgiu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, quando, naquela ocasião, Beatrice e George Bemis, diplomatas representantes dos Estados Unidos, e que tinham uma filha com síndrome de Down, não encontraram nenhuma instituição ou entidade de acolhimento e/ou tratamento para seu filho. Conforme Vêras (2000), o fato supracitado motivou o casal a lutar por um organismo que contemplasse o atendimento às pessoas com deficiência intelectual. Aliaram-se aos diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, nasceu a primeira APAE. Esta entidade, então contando com o apoio e o espaço cedido pela Sociedade Pestalozzi, deu início aos seus trabalhos pedagógicos; conseguiu formar duas turmas com 20 crianças com deficiência, nesse mesmo ano de 1955 (VÉRAS, 2000).

O movimento apaeano foi então se ampliando para as capitais e interiores dos Estados brasileiros. Diante desse crescimento, fez-se necessário a criação de um organismo nacional para que as ideias fossem articuladas, atribuindo maior corpo e forma a essa iniciativa. No dia 10 de novembro de 1962, foi fundada a Federação Nacional das APAEs (FENAPAE), em São Paulo, entendida enquanto

⁷ Cf. <<https://apaebrazil.org.br/page/2>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

uma organização social sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional, que congrega como filiadas, atualmente, mais de duas mil APAES e outras entidades congêneres, que compõem a Rede APAE, tendo como missão institucional promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAES, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.⁸

A FENAPAE vem gerenciando “um movimento associativo entre famílias, escolas, organizações de saúde e sociedade, para promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla na perspectiva de sua inclusão social” (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011, p. 15).

Hoje, o movimento apaeano está estruturado em quatro níveis hierárquicos administrativos:

- i. Federação Nacional das APAEs, responsável por proporcionar atenção integral e integrada às pessoas com deficiência, provocando articulações, interligação entre saberes, recursos, programas e ações. “Implica o ordenamento das filiadas e seus serviços em parcerias locais com a comunidade, de modo a potencializar as ações e seus resultados” (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011, p. 16);
- ii. Federações das APAEs nos estados, responsáveis pelos rumos, diretrizes, e estratégias do Movimento apaeano e, pela articulação política, defesa de direito e ações, em âmbito estadual;
- iii. Conselhos Regionais das APAEs, com a função de organizar as APAEs nas microrregiões, orientando seus rumos e sendo o contato direto entre a base e a Federação das APAEs no estado.
- iv. APAEs nos municípios, são as prestadoras de serviços e atendimentos diretos ao seu público especial.

A Política de Atenção Integral e Integrada da Federação Nacional das APAEs - FENAPAES (2000), para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, pauta-se em valores éticos, oferecendo as diretrizes e bases para o desenvolvimento dos

⁸ Cf. <<https://apaebrasil.org.br/page/2>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

trabalhos de suas afiliadas, em todo o país. Destacam-se as ações dos serviços sociais, saúde, educação, educação física, arte-educação e educação profissional. Atualmente, existem 2.172 Apaes, coordenadas por 24 Federações Estaduais abrangendo todos os Estados brasileiros para atender cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente.⁹

Apresentado em linhas gerais modelo nacional (histórico, dimensão pedagógica e organização administrativa), convém, de agora em diante, discutir as particularidades no município de Aroeiras (PB).

4 A APAE no município de Aroeiras – PB

A fundação da APAE em Aroeiras, no Estado da Paraíba, foi um símbolo e referência para com a situação geral da cidade, uma vez que, na prática, deu respostas a um problema concreto apresentado por um segmento da população. Por isso, consideremos necessário nesta seção apresentar abordagens históricas econômicas e sociais do município e em seguida destacarmos a fundação e desenvolvimento da APAE em Aroeiras (PB).

De modo sistemático, o intuito é consiste em, no percurso de nossa exposição, refletir em torno dos seguintes elementos, todos internamente articulados: a) os elementos sócio-históricos e econômicos que permitem ao leitor compreender as características centrais do município em análise; b) os aspectos precursores do surgimento da APAE em Aroeiras (PB), o que compreende os sujeitos coletivos que estimularam essa criação; c) o processo de consolidação da entidade no município, caracterizando-a a partir de seus próprios objetivos, de seu público-alvo, do perfil dos/as usuários/as, de sua estrutura de funcionamento, dos avanços obtidos desde a instalação; iv) e por fim, as demandas institucionais e os dilemas que a acometem no tempo presente.

4.1 Elementos sócio-históricos e econômicos do município de Aroeiras - PB

⁹ Cf. <<http://apae.com.br/>>. Acesso em 16 de jul. 2018.

Em conformidade com o IBGE (2017), Aroeiras é um município brasileiro do Semiárido Nordeste, localizado no Estado da Paraíba, posicionado na região metropolitana de Campina Grande, estabelecido na mesorregião do Agreste Paraibano, distribuído em 374km² de área. Fica a 190km de João Pessoa, capital do estado e a 56km de Campina Grande PB, segunda maior cidade da Paraíba, polo industrial, cultural e universitário. Aroeiras dispõe de uma população estimada de 19.154 habitantes, configurando-se como uma cidade de pequeno porte, sem grandes especialidades.

A média salarial mensal dos trabalhadores formais do município é de 1,5 salários mínimos. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010, dado mais atualizado, encontra-se na marca de 0,548; isto é, baixo. O Produto Interno Bruto (PIB) do município é o 49º do estado, numa cifra de R\$ 61.762,853 mil.

Fazendo menção à história da cidade, para assim traçar um esboço do panorama econômico, conta-se que naquela região, onde hoje está situado o município, existia uma única Casa de Farinha, para onde os agricultores se deslocavam com carregamentos de mandioca para a transformação em farinha. Devido à influência de fabricantes e comerciantes daquele produto, o Sr. Antônio Gonçalves, comerciante da época, construiu em 1881 uma rústica cabana feita de lata, coberta com palha de coco que servia de abrigo aos frequentadores da Feira de Catolé dos Sousa, como havia ficado conhecido o povoado que se iniciava próximo à casa de Farinha (AROEIRAS, 2003).

A feira, que contava com participação de moradores de toda região, foi crescendo e logo surgiram novas casas residenciais, formando um núcleo populacional que mais tarde fora elevado à categoria de Vila, então pertencente ao município de Umbuzeiro. Com o aumento do comércio e o dinamismo de Aroeira

s, ainda como distrito, as relações à sede do município foram se reduzindo, fazendo com que ele já apresentasse um crescimento superior à Umbuzeiro. Isso logo contribuiu para que as lideranças do distrito reivindicassem sua elevação à condição de município, o que só ocorreu em 1953 (AROEIRAS, 2003).

A emancipação política propiciou, de imediato, a melhoria da infraestrutura da cidade e o aumento da população. Muitas pessoas deixaram o campo em direção à sede do município, ocasionando uma queda da população rural e uma elevação da população urbana – reflexo, como se pode ver, das tendências nacionais em

andamento desde o século passado. Apesar disso, Aroeiras (PB) encontra-se, do ponto de vista econômico/comercial, relativamente subordinada à Campina Grande-PB, pois esta cidade apresenta um comércio bem mais diversificado e serviços especializados.

Em Aroeiras (PB), assim como em outras cidades pequenas da Paraíba, a permanência da feira, ou sendo mais coerente, o centro comercial, representa também uma resposta às condições socioeconômicas da população que encontra nesse “pequeno mercado” uma alternativa de sobrevivência.

Verifica-se que ainda prevalece em Aroeiras um comércio de pequeno porte que atende às necessidades primárias da população e que prospera, especialmente em virtude da renda trazida pelos funcionários públicos, aposentados e pensionistas que dinamizam a economia local e provocam o desenvolvimento no comércio, uma vez que a média salarial desses é sobremaneira maior aos trabalhadores autônomos ou formais. As principais atividades econômicas são a agricultura, pecuária e a produção de leite e seus derivados, as quais fomentam o giro monetário.

Realizando uma análise sobre a educação no município, podemos verificar que possui uma taxa de escolarização de 97,9% de crianças de 6 aos 14 anos segundo o IBGE (2010). Sendo constatadas no município 48 instituições de ensino fundamental no ano de 2015 (IBGE, 2010). Não possui nenhuma instituição pública de ensino superior, em contraponto a isso há algumas instituições de caráter privado que oferecem cursos técnicos e de nível superior. A proximidade com a cidade de Campina Grande faz com que alunos ingressem nas universidades e faculdades públicas ou privadas, sendo isso um ganho para o município, pois muitos desses alunos atuam no município em suas diversas áreas, podendo assim contar com os profissionais nascidos no próprio município.

De modo geral, para obtenção de serviços especializados sejam eles, Educação, Saúde, Economia, etc., é necessário o deslocamento para outras cidades. E é dentro desse panorama, aqui brevemente esboçado, que surgiu a necessidade de uma instituição com especialidade em atendimento a pessoas com necessidades especiais, a APAE.

4.2 As bases para a fundação da entidade

A fundação da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais de Aroeiras – APAE – Aroeiras, tornou-se imprescindível devido a vários fatores, tais como podemos citar: o número significativo de pessoas com deficiência impossibilitadas do acesso à qualquer atendimento específico, a inexistência de uma clínica, hospital ou casa de saúde especializada e a distância significativa para atendimentos em outro município, já que Aroeiras, como dito anteriormente, fica distante 56 km de Campina Grande, porém sem trazer benefícios para o deslocamento destes sujeitos, devido aos desgastes físicos da viagem com frequência e também as condições financeiras para a regularidade desse atendimento.

Logo no início dos anos 2000, conforme pesquisa realizada no município através da iniciativa popular, constatou-se que era significativo o número de pessoas com deficiência sem acesso a direitos básicos, como educação e saúde. A não inserção desses indivíduos em algum tipo de instituição especializada acarretava vários problemas, entre eles o não desenvolvimento das potencialidades do sujeito e, principalmente, certa negação de parte das famílias quanto aos direitos do indivíduo, embora não caiba a estas, é claro, nenhuma espécie de culpa ou responsabilização moralista.

Consequentemente havia, então, um considerável número de pessoas com deficiência inseridas no perfil atendido pela APAE. Era em torno de dez crianças que eram frequentemente levadas para alguns atendimentos no município de Campina Grande. Porém, era um grande esforço dessas famílias e a maioria delas desistia devido ao desgaste da viagem e aos recursos então demandados, como transportes e auxílios. Diante dessa problemática, a fundação da APAE de Aroeiras representou, de fato, uma conquista ímpar para o município.

O principal objetivo da APAE em Aroeiras consiste, desde as bases de sua criação, em promover uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência, buscando assegurar-lhes seus direitos à educação, saúde, reabilitação, como também sua inclusão social.

Outrossim, e não menos importante, objetivos da instituição nesse município são: realizar um trabalho socioeducativo proporcionado na própria instituição ou o encaminhamento a outras instituições; fazer parcerias e/ou convênios os atendimentos fisioterápicos, fonoaudiólogos, psicológicos, neurológicos, odontológicos e pediátricos, etc.; trabalhar questões de aceitação e das potencialidades dos indivíduos atendidos; viabilizar a criação e/ ou fortalecimento de

vínculos família-usuário-comunidade. Podemos, assim, afirmar que a APAE cria um elo entre a família, o indivíduo e a comunidade, uma vez que busca contribuir com a viabilização de direitos e deveres enquanto cidadãos.

De acordo com o Art. 9º do Estatuto que rege as APAES, esses são os seguintes fins e objetivos da APAE ou que uma APAE necessariamente, porém não inteiramente, ao menos de acordo com seus limites e possibilidades, deve apresentar, voltados à promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias; III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla; IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla. (ESTATUTO DA APAE)

E também para completar, em concordância com o Art. 10, a APAE de Aroeiras (PB) se propõe a fornecer seus serviços de forma gratuita a qualquer um que deles necessitar sem que haja nenhuma discriminação. Propõe também o apoio a outras organizações, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais, que apoiem a mesma causa, bem como o incentivo da comunidade e de outras entidades nestas ações com a finalidade de inserção das pessoas com deficiência no seio da vida coletiva e no mercado de trabalho, sempre trabalhando para manutenção dessas relações entre associações congêneres.

É também competência da APAE, na realidade particular de Aroeiras (PB), solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados e também contribuições físicas ou jurídicas, essas são algumas das maneiras de manter em funcionamento a instituição. Além disso, promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para seus assistidos e suas famílias, desenvolvendo assim os vínculos familiares e comunitários. Essa proposta nos mostra que a APAE não se

preocupa apenas com seu assistido, mas também com sua família. As atividades são desenvolvidas através de cursos, aulas, atividades comemorativas, etc.

É também um dever da APAE divulgar no município informações sobre assuntos referentes a pessoa com deficiência, além de promover e estimular estudos voltados à causa comum. A instituição tem que fortalecer seus laços com a sociedade em busca de apoio, e o realiza demonstrando suas atividades, divulgando e justificando sua existência.

A APAE no município de Aroeiras (PB) não possui subsídio para realizar todas as propostas apresentadas, uma vez que o número de associados ainda é baixo. Se por um lado possui em alguma medida contrapartidas da gestão pública, por outro, a contribuição da sociedade civil se tornou presente, necessária e de maneira acentuada. O que mais propõe a regularização no que se refere a contribuição, são as próprias famílias dos usuários da instituição e os seus profissionais.

Após apresentação da trajetória do município, seus limites e os principais motivos que levaram à criação da instituição, seguimos posteriormente para criação e consolidação dessa família chamada APAE.

4.2.1 2005-2007: proposta de criação e sujeitos protagonistas

Após passarem por várias dificuldades levando seus filhos para Campina Grande para atendimento especializado na APAE-CG, as famílias e a comunidade local, em geral, resolveram emplacar a partir de seu próprio território a necessidade de dar respostas à situação das pessoas com deficiência no município de Aroeiras (PB). Isto ocorreu a partir de diálogos em conjunto, de ações que atribuíssem maior visibilidade a essa demanda, de reuniões cujo objetivo consistia em refletir sobre “o que fazer” e “como fazer”.

Uma movimentação inicial encontrou concretude em propostas que apresentaram ao poder executivo no município uma pauta de reivindicações. As tais propostas eram de melhorias de vida para as pessoas com deficiência, contemplando a realidade particular do município. Buscaram, então, a Secretaria de Educação Municipal. Como resultado dessa interlocução, elaborou-se um projeto intitulado “Parceiros da Vida”, com intuito de possibilitar o atendimento nas categorias de fisioterapia, fonoaudiologia e ensino para pessoa com surdez.

O projeto foi acatado pela Secretaria de Educação do município, o que pode ser entendido como uma conquista da ação organizada da comunidade. A fim de melhor mapear o panorama das pessoas com deficiência em Aroeiras, realizou-se uma pesquisa para a obtenção dos dados numéricos desses sujeitos no município, ocorrida em parceria com os ACE e ACS¹⁰. Na análise dos resultados, foi possível constatar o acentuado número de indivíduos com surdez.

Isto posto, passou-se os meses e os indivíduos continuavam sem atendimento especializado. Naquela ocasião, tendo em vista a dificuldade das mães que estavam aflitas com a situação, o Pároco da cidade apresentou às mães a Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência (FCD)¹¹, e as famílias foram se filiando ao movimento e realizando visitas aos deficientes com intuito de fortalecer o movimento em prol do bem-estar de todos.

Decorrente a isso, conseguiram marcar uma reunião com o prefeito, onde estavam presentes mais de 15 pessoas com necessidades especiais e seus familiares com o propósito de apresentar o projeto para criação da Escola Especial. Menciona-se também que na cidade vizinha, Gado Bravo PB, já havia uma escola com referências em atendimento especial, a Escola de Surdos de Gado Bravo, que foi fundada com o apoio e orientação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Com o apoio da referida escola, da sua professora fundadora, vieram a facilitar a criação de uma escola para o município de Aroeiras, e assim fora acatado a proposta pelo administrador municipal e fundada, então, a Escola Municipal de Ensino Especial de Aroeiras, através de um projeto de lei, cuja propulsão contou com grande apoio da Paróquia da cidade que cedeu espaço alugado ao órgão de administração municipal para funcionamento.

¹⁰ Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) são trabalhadores importantes dentro do Sistema Único de Saúde. Ambos trabalham com a comunidade da área, do bairro, da cidade ou da região rural para facilitar o acesso da população à saúde e prevenir doenças. <http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-e-regulacao-do-trabalho-em-saude/agentes-comunitarios>.

¹¹ “Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência da Paraíba – FCD/PB. É uma entidade civil, de utilidade pública, assistencial e beneficente que desenvolve um trabalho social significativo. Filiados a FCD-Brasil. A partir dos Princípios e Documentos Base – FCD/Brasil, a, FCD/PB tem por missão levar o Espírito Fraternal a todas as pessoas com deficiência e doentes do Estado da Paraíba, criando laços por meio de visitas para assim alcançar a plenitude da fraternidade. [...] Por meio de parcerias, socializam, reabilitam e inserem ao mercado de trabalho a pessoa com deficiência” Cf. <<http://euamocampinagrande.com.br/empresas/eservicos/fcd--fraternidade-crista-doentes-deficientes.html>> Acesso em 01 ago. 2018.

Contudo, no passar do tempo, a Escola Especial contemplava as modalidades de: Educação Especial infantil (Pré-escola), Educação Especial - fundamental e Educação Especial - EJA (fundamental) apreciando assim em sua maioria os alunos com Surdez. E não veio a ser este o motivo para a não totalidade dos atendimentos da Escola Especial, uma vez que, em resposta a isso, a administração municipal assinalava que a demanda do município não permitiria a manutenção de uma escola que atendesse às demandas totais da população com deficiência, que seria, além do que a Escola já contemplava: fisioterapia, fonoaudiologia, escolaridade, apoio pedagógico, entre outros.

Até que as mães participantes da FCD conheceram uma Assistente Social que atuava no município em questão que as apresentou o manual da APAE, no qual contém os passos de como fundar uma instituição deste aporte. Com o apoio dos coordenadores estaduais da FCD, que já conheciam o trabalho da instituição em si, inclusive foi o elo que ligou a comunicação também com a APAE da cidade de Esperança na Paraíba e a APAE de Campina Grande. A partir da ciência de como realizar a fundação de uma instituição desse porte e com essas atribuições no município, as mães, em especial, recorreram novamente às autoridades e, enfim, partiram então para criação da entidade no município.

Dessa maneira, seguindo todos os passos burocráticos e não burocráticos do manual, realizou-se tudo o que se pedia no documento para criação da instituição. Foram criadas comissões, reuniões com a Federação Estadual das APAES da Paraíba foram realizadas. Para assim como consta em ata a realização de Assembleia de criação, eleição e posse da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aroeiras (PB) e assim sancionada e promulgada a Lei nº. 752/2007 reconhecendo como sendo de Utilidade Pública a APAE no município, uma Associação Civil, filantrópica de caráter “assistencial”.

Que foi realizada aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, às dez horas, na sede da Casa da Família situada na rua Zeferino de Paula nº. 680, neste município de Aroeiras, com a presença da representante da comunidade, Maria Francisco dos Santos Pereira; foi realizada a Assembleia Geral com a seguinte pauta: Fundação da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Aroeiras, Homologação do Estatuto da APAE, do conselho de Administração e do conselho Fiscal, eleição e posse da primeira Diretoria Executiva, conforme edital de convocação afixado nos lugares públicos no dia vinte de março de dois mil e sete. (APAE – AROEIRAS, 2007)

Segundo constam nos relatos escritos contidos na entidade, com o apoio da Paróquia do município, que cedeu a outra parte do prédio que havia cedido para o funcionamento da Escola Municipal de Educação Especial de Aroeiras (PB), e com o auxílio dos primeiros sócios contribuintes que em sua maioria era composto pela família dos atendidos foram comprando equipamentos necessários para o funcionamento da casa. Era necessário, também, a outorga de funcionários por parte da Prefeitura para o andamento dos atendimentos, pois a instituição ainda não dispunha de condições de arcar com todas as despesas. E, posteriormente, a contratação de profissionais da Fisioterapia e Fonoaudiologia que eram das principais necessidades.

Foram a Prefeitura para solicitar a liberação de alguns professores, e assim compreendidos foram e aprovadas suas solicitações e foram liberados 3 professores efetivos e remanejados para prestarem serviços na APAE.

A APAE sempre manteve a parceria com a EMEEA. Funcionaram de modo concomitante por 2 anos, no mesmo endereço, porém em horários diferentes, já que as duas instituições compartilham das mesmas necessidades. Os alunos que são atendidos na escolaridade da APAE são matriculados da EMEEA de forma que a APAE oferece o serviço e a Escola Especial a matrícula reconhecida pelo MEC.

Ao final desta seção, podemos ponderar que a criação da APAE em Aroeiras (PB) representou uma grande conquista diante das dificuldades encontradas. Voltamos ao início, onde a prioridade era de criação de uma Escola Especial que também se realizou como conquista para a população, mas sigo no pensamento que as mães mesmo que já conheciam a APAE, até porque levavam seus filhos até Campina Grande para atendimento não tinham dimensão do que seria criar uma instituição deste porte, por pensarem que enfrentariam muitas dificuldades para manter os serviços funcionando, e que realmente é, porém fazemos jus às batalhas levadas a cabo com esforço e dedicação dessas mães fundadoras para a realização de um sonho que possuíam, de ver seus filhos com acesso a direitos básicos de cidadania, de ver os serviços sendo consolidados, de ver a permanência e crescimento da instituição no município, sendo esses últimos os passos que trataremos logo a seguir.

4.3 A processualidade da consolidação da APAE em Aroeiras - PB

Conforme seu Estatuto próprio, a APAE de Aroeiras é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na rua Padre Leonel França, 50, na cidade de Aroeiras no estado da Paraíba.

Consoante ata de Assembleia de criação, eleição e posse da APAE de Aroeiras (PB), a instituição foi fundada em 20 do mês de abril do ano de 2007. A APAE de Aroeiras (PB) segue os princípios da Federação Nacional das APAEs, criada em 10 de novembro de 1962 que tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e Solidária.

A Instituição atende um público oriundo, regra geral, da classe trabalhadora, pela própria condição particular que a deficiência impõe em sua dimensão concreta na vivência em uma classe. Os usuários atendidos possuem deficiência intelectual, física, sensorial e/ou múltiplas e aqueles com necessidades educacionais especiais, provenientes tanto da zona rural como zona urbana do município. Presta atendimento também a usuários advindos das cidades vizinhas Natuba e Gado Bravo que provavelmente não possuem instituição designada para os mesmos fins que a APAE.

Essas famílias se caracterizam na maioria por terem renda inferior ou igual ao salário mínimo, e é considerável o número de famílias cuja sobrevivência encontra-se em alguma medida atrelada aos programas de transferência de renda, que na maioria provém do Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vivenciam, portanto, condições precárias de vida, além das mais diversas barreiras, sejam elas sociais, educacionais, econômicas, culturais, afetivas etc.

Para atender este público específico, a APAE surge no município como uma organização da sociedade civil que se mobiliza frente a esta demanda e passa a desenvolver um trabalho especializado através de profissionais capacitados que

atendem, não só, a pessoa com deficiência, mas também sua família que, sobrecarregada dos cuidados que a deficiência exige, passa a se tornar frágil e necessita de um olhar especial.

O ofício da instituição é desenvolvido de forma planejada, continuada e gratuita em sua totalidade, tendo por finalidade oportunizar o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência em seus ciclos de vida. O processo tem como objetivo principal desenvolver a autonomia e independência dos atendidos, seus familiares/cuidadores, oportunizando a busca de melhor qualidade de vida, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, abrangência no relacionamento interpessoal e a promoção de sua integração à vida comunitária, estimulando seus aspectos cognitivos, afetivos e de cidadania através da atuação de uma equipe específica e habilitada.

Os princípios norteadores de todo o trabalho institucional são a ética, transparência, dedicação, competência, participação, qualificação e solidariedade. A socialização, as vivências em grupos, os momentos de passeios e as atividades que envolvem os atendidos e familiares ou cuidadores são o foco principal de todo o processo de trabalho desenvolvido na instituição.

Para atingir os objetivos institucionais, os serviços prestados aos atendidos e seus familiares são organizados nas áreas de educação, saúde e assistência social os quais são: escolaridade, atendimento educacional especializado (AEE), oficinas de artes e fisioterapia. Cada programa de atendimento possui uma equipe específica e habilitada, composta por profissionais que desenvolvem atividades de socialização e desenvolvimento de potencialidades.

Para qualificar o andamento dos serviços prestados, a instituição conta com profissionais na área administrativa, auxiliares gerais, cozinheiras/merendeiras. Vale ressaltar que o setor de Serviço Social se encontra sem um profissional da área (o assistente social). Este atuou na instituição num período inicial e é inegável observar que o trabalho do Assistente Social na APAE é de grande dimensão. É necessário este profissional estar presente, diante de cada contexto de vida dos/as usuários/as, criar mecanismos de enfrentamento que imprima as possibilidades e limites de seu atendimento pelo trabalho profissional.

A instituição funciona de modo regular, das 7hs da às 11hs e das 13 às 17hs de segunda a sextas feiras. A organização institucional, ou seja, escolar,

planejamento e a atuação pedagógica são feitas de acordo com as reais necessidades, de forma interdisciplinar junto com toda a equipe.

Em termos infraestruturais, funciona em um espaço cedido pela Paróquia do município sediada no endereço acima citado, e graças ao apoio desta tem prestado todos os atendimentos. A parte física do prédio conta com uma recepção, uma secretaria, uma sala de atendimentos especializados, uma biblioteca, sala de fisioterapia, cinco salas de aulas, uma cozinha, um banheiro, um refeitório e um terraço. O prédio em questão não contém as adaptações devidas, porém foi adequada cada cômodo para o serviço necessário.

A APAE em Aroeiras (PB) conta com os seguintes serviços:

- a) Fisioterapia: são realizadas sessões de estimulação precoce, orientação postural, fisioterapia motora, trauma-ortopédico, sessões de relaxamento e orientação às famílias;
- b) Atendimento Educacional Especializado, que contribui com o acompanhamento dos/as usuários/as inseridos/as na escola regular, agregando serviços de apoio educacional, formado por profissionais com devida capacitação, estimulando a formação integral desses sujeitos sob o intento de suprir as necessidades educacionais que corroborem com a permanência na escola e o desempenho exitoso no processo ensino-aprendizagem;
- c) Atividades de dança e estímulos culturais;
- d) Cursos de capacitação em áreas diversas, que ampliam habilidades manuais e cognitivas dos participantes.

Os principais avanços da instituição desde sua fundação até aqui foram: o reconhecimento da população à instituição pelo belo trabalho que exerce, e podemos confirmar isso ao ver a sociedade quando se faz presente em um evento realizado pela instituição, ao ver a população comerciária contribuindo, ao receber visitas institucionais de outras escolas que querem conhecer a APAE. A manutenção dos principais serviços ofertados também se traduz em conquista, uma vez que a instituição precisou contratar profissionais de outras cidades, como Fisioterapeuta e Fonoaudiólogo e também pôde contar com a concessão de profissionais cedidos pela Prefeitura Municipal. Mas a principal conquista foi a de um terreno, viabilizado

pela Administração Municipal, e atualmente tem sido o principal propósito da instituição a construção de sua sede própria, com prédio totalmente adequado, espaços apropriados para a efetivação do atendimento.

A instituição também busca capacitar seus profissionais, funcionários ou voluntários participando de congressos e seminários estaduais, até mesmo congressos nacionais realizados pela Federação Nacional das APAES. Possui parceria com a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD)¹² que também convida e informa sobre eventos que possam trazer proveito para a equipe, como cursos, questões burocráticas sobre encaminhamentos, informativos, etc.

A instituição então sobrevive através de diversas captações de recursos, os quais podem ser realizados de várias formas: as organizações de eventos (palestras, simpósios, jantares beneficentes), subvenções, auxílios, venda de produtos, recebe também doações em forma de valores monetários ou cestas básicas através de ações pecuniárias que são encaminhadas pelo Tribunal de Justiça local, patrocínios, doações, tanto na forma de pessoa física quanto na forma de jurídica, além de contar com o apoio dos sócios contribuintes os quais são também associados à causa comum, doações anônimas, e parcerias e convênios com a gestão municipal.

5 Considerações finais

Ao final deste presente trabalho consideramos que, mesmo diante das grandes dificuldades e discriminações que acometem as pessoas com deficiência, com tudo que elas sofreram ao longo da história e ainda sofrem, é possível assinalar que a trajetória da APAE na realidade particular do município de Aroeiras (PB) tem contribuído positivamente com seu público-alvo, uma vez a entidade, com mais de 60 anos no Brasil, referência internacional no atendimento à pessoa com deficiência intelectual prioritariamente, tem se empenhado diuturnamente pela viabilização de direitos ao segmento que representa.

¹² A Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD é um Órgão do Governo do Estado da Paraíba, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, referência no Serviço de Habilitação e Reabilitação nas quatro áreas da deficiência – CER IV (física, intelectual, visual e auditiva), em todo o Estado da Paraíba, onde as pessoas com deficiência são atendidas por uma equipe multidisciplinar. Cf. <<https://funad.pb.gov.br/a-funad>>. Acesso em 10 jul. 2018.

O trabalho que a APAE vem realizando há 11 anos em Aroeiras tem, desta forma, beneficiado os usuários: tanto os que possuem algum tipo de deficiência como as famílias deles têm se mostrado muito satisfeitas com o trabalho da organização. Foi possível neste trabalho relacionar a importância da instituição na vida e desenvolvimento dos atendidos. O papel da família e da comunidade também é fundamental para o funcionamento da APAE. A partir do momento em que a família e a comunidade em geral buscam apoiar a Associação, ela dá um passo adiante para a melhoria e desenvolve aperfeiçoadas maneiras de fortalecer os vínculos entre a pessoa com deficiência e a vivência na realidade local, que deve implicar no acesso a direitos e políticas sociais públicas.

A pesquisa permitiu não apenas identificar os serviços, qualidade e importância, também nos fez constatar que a APAE é a única entidade na cidade em questão que atende esse público, o que torna a dependência dessas pessoas em relação à associação muito grande e levanta, por conseguinte, novas problemáticas de ação e investigação. A estabilidade financeira/administrativa da Associação preocupa e ameaça o seu funcionamento, levando-nos a concordar com a ideia de que é fundamental que o Estado assuma um papel mais efetivo no atendimento às demandas do segmento da pessoa com deficiência. Como citado anteriormente, a entidade sobrevive de doações e contribuições, as fontes seguras de captação e recursos (verbas federais, estaduais e municipais) representam boa parte do montante necessário para cobrir as despesas.

Compreendemos a APAE de maneira nacional, estadual e conseqüentemente despontando até a do município de Aroeiras uma grande conquista, um grande triunfo para com a história da pessoa com deficiência e para a educação especial e inclusiva.

Por fim, a pesquisa não se encerra por si mesma, possibilitando a abertura do espaço para outras discussões associadas ao tema. Espera-se que este material, de caráter introdutório, possa ser utilizado por outros estudos e seja parte do registro da história dessa entidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) trajectory located in Aroeiras (PB). The goal entails to investigate the historical aspects and the contribution from this institution that's appointed to attend people with disabilities - there are exclude by society and has suffering discrimination and they are target of prejudice everyday in Aroeiras (PB). This proposal is a study who objective in record the historical development, social function, your sense act and your recent challenges from all these institution. Methodology compels qualitative research, using bibliographic and documental performed at a research field at APAE from Aroeiras (PB). In the first moment, we discuss the historical aspects from people with disabilities in Brazil, describing the reasons and specifics situations who compound yours trajectories in Brazil, which objective who elaborate a critical report who show their the state on demand or not in answering the people with disabilities questions and dilemmas, according the access and their laws to fulfills of theirs duty's established with social publics policy. We resumed the APAE trajectory in Brazil, particularly your profile, characteristics of your users, make an account about the economics and socio-historical facts and information from this municipality, On this basis, resumes in panoramic terms the trajectory of APAE in Brazil for then particularly it in the municipality of Aroeiras, tracing a profile, composition of the user population, bringing the socio-historical and economic components of this municipality, finding the basis for Foundation of entity with your proposal and your consolidation in the process. When completed the analysis and interpretation of data, the conclusions of this study attest to the contribution of that entity in meeting specific demands presented by the segment of people with disabilities in the municipality in question.

KEYWORDS: APAE. People with disability. Special Education

6 Referências Bibliográficas

ANDRADE, Pedro Paulo de. **Aroeiras e a sua origem**. Aroeiras, mimeo, 1984.

APAE BRASIL, Federação Nacional das APAES. *Página Inicial*. Disponível em: < <http://apae.com.br/>> Acesso em 18 de Junho de 2018

AROEIRAS, Dudé das. **Pedras de Riachos: a História da nossa História**. Ideia, 2003.

AROEIRAS, Lei nº. 752/2007 de 30 de julho de 2007. Reconhece como utilidade pública. Associação civil, filantrópica de caráter social a APAE. **Gabinete do Prefeito**, Aroeiras, PB, 2007.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPECIONAIS – APAE. **Ata de Assembleia de criação, eleição e posse da APAE**, 20 de abril de 2007. P. 12.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. 2013. Disponível em<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aroeriras_pb, acesso em 03 de agosto de 2018.

BRASIL, Congresso Nacional, 1961, Lei 4.024 de 20 de dezembro, de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, *Universidade Estadual Paulista*, disponível em: <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf> , acesso em 01 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília/DF, 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e e 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília/DF, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010. **Oficializa o termo “Pessoa com Deficiência”**, disponível em: http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf acesso em 02 de agosto de 2018.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: Integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética da/o Assistente Social**. Brasília, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **O que é preconceito?** (Série – Assistente Social no combate ao preconceito), Caderno 1, Brasília, 2016.

CHAUI, M. Senso comum e transparência. In: J. Lerner (Org.) **O preconceito**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1997.

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde**. São Paulo: Memnon, 1988. 146 p.

FENAPAES, História. **MOVIMENTO APAEANO: A MAIOR REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Disponível em: < <https://apaebrasil.org.br/page/2>> Acesso em: 18 de julho de 2018.

FENAPAES, **Manual de Fundação das Apaes**. Disponível em: < <http://apaebrasil.org.br/uploads/Manual%20Apaes.pdf>> Acesso em 16 de junho de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. Editora Atlas: São Paulo, 2002.

GONÇALVES, M. E. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **IBGE Cidades: Aroeiras**. 2010 Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/aroeyras/panorama>> Acesso em 18 de junho de 2018.

INCLUSÃO SOCIAL. **A DEFICIÊNCIA**. Disponível em: <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/inclusao-social>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

JANNUZZI, G. M. A, 1992, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados.

JANNUZZI, G.; CAIADO, K. **APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões**. Campinas: Autores Associados, 2013.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
João Pessoa, Ideia, 2003. 183 p.

KASSAR, M. de C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. 1.ed. Campinas: Autores Associados. 1999.

MAZZOTA, M. J. S., 1990, “**História da Educação Especial no Brasil**”, em: **Temas em Educação Especial**, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1, pp. 106-107,

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira, **Educação especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G, **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Métodos Quantitativos e Qualitativos**: Oposição ou Complementaridade Cad. Saúde Pública., Rio de Janeiro, julho/setembro, 1993

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e Participação Política**: um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PAIVA, Samara do Nascimento Salvador Lourenço. **Educação dos Pais e educação da escola**. São Paulo: Mundo Jovem, n. 1 nº 123, fevereiro de 2002.

PEREIRA; J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. In: **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017

PEREIRA, J. A., 1986, **Presidente da APAE-Ibiporã faz balanço**, *Mensagem da APAE*, num. 44, pp. 38-42.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Rio Grande do Sul, vol. 5, nº 12, julho a dezembro. 2010. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf Acesso em: 17 de jul. de 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Deficiência Intelectual e Inclusão. Publicado em duas partes na **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, nº 54 (p. 8-11, jan./fev. 2007) e nº 55 (p. 8-10, mar./abr. 2007). Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/porta/artigo.asp?artigo=1320>> Acesso em: 22 de jul. de 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**. Disponível em: <<http://www.espanholacessivel.ufc.br/falar.pdf>> Acesso em: 22 de jul. de 2018.

SOUSA, Carlos Henrique Gomes. **Pessoa com Deficiência Intelectual: desafios para inclusão nas empresas de grande porte do polo industrial de Manaus/AM**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Saga, 1968.

VÉRAS, Vera Lúcia de Araújo. **APAE inclusão/Transformação: Uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN)**. Caicó: UFRN, 2000. (Monografia de especialização).